

Na Argentina, dúvidas sobre a eficácia do Plano Baker.

12 DEZ 1983
A Argentina parece ter superado a atração que sentiu pelas propostas do Plano Baker e, agora, está verdadeiramente interessada nas iniciativas que o Brasil poderá defender na reunião do Consenso de Cartagena, no Uruguai. Segundo nosso correspondente em Buenos Aires, Hugo Martinez, o país demonstra já se ter conscientizado que o plano de ajuda aos devedores elaborado pelos EUA não é uma solução para seus problemas econômicos e se prepara para somar-se aos outros países latino-americanos.

A visita do presidente do Banco Mundial, Alden W. Clausen, a Buenos Aires foi interpretada de várias formas. A embaixada norte-americana mostrou pouca imaginação ao explicar as visitas de outros economistas norte-americanos durante o mês de novembro: Modigliani, o prêmio Nobel de Economia, por exemplo, teria vindo para "saudar um amigo"; David Mulford, em "viagem de lua-de-mel"; e Paul Volek para "pescar".

Clausen, entretanto, veio expressamente para dialogar com o governo e empresários sobre o tema da dívida externa e a fórmula Baker para a reativação da América Latina. E ele deixou clara a proposta de sua

entidade: outorgamento de créditos de rápido desembolso para setores eficientes da produção e colaboração para que os bancos comerciais internacionais apóiem investimentos em países altamente endividados.

Como reciprocidade a esse esforço, quer que os países devedores formulem planos de ajuste realistas, reduzam o nível de participação do Estado na economia produtiva, facilitem o ingresso de capitais estrangeiros, impulsionem a repatriação dos capitais enviados para o Exterior e liberem gradualmente o mercado interno à produção estrangeira, como uma forma de aumentar a eficiência da indústria local.

Esse é, em essência, o Plano Baker, já catalogado por Alfonsín e Sarney como "insuficiente". O ministro argentino da Economia, Jean Sourrouille, não mostrou entusiasmo diante dos recursos acenados por Clausen e, após sua volta a Washington, assegurou: "Os argentinos que repatriarem seus capitais não terão vantagens em relação aos que ficaram". Em linguagem direta isso quer dizer que todos terão de passar pelo guichê da Dirección General Impositiva, a temível DGI que combate o velho costume argentino de não pagar impostos.

Uma outra demonstração de falta de docilidade às insinuações de Clausen foi dada por Sourrouille ao afirmar que esses planos são, fundamentalmente, uma reciclagem de fundos criados pela alta taxa de juro atual. "Acreditamos que reciclar fundos gerados a uma certa taxa de juro é um passo adiante. Mas acreditamos que focalizar-nos nessa recirculação e não falar das altas taxas de juros é preocupante. Obviamente, se a taxa sobe dois pontos todo este programa de reciclagem nos deixa na mesma situação em que estamos hoje", comentou o ministro.

Mas existe outra preocupação argentina em relação ao Plano Baker e seus similares. No sistema creditício atual, se existem problemas com os bancos privados credores, se pode recorrer ao FMI para uma forma circunstancial de acordo. O Plano Baker é uma estratégia liderada em grande parte pelo próprio FMI. Este organismo não é muito dinâmico para mudar seus planos, de modo que um desajuste no projeto Baker elimina a segunda instância que são atualmente os condicionamentos do Fundo. Portanto, aceitar uma estratégia direta com o FMI diminui o campo de manobra do país receptor.

Hugo Martinez, de Buenos Aires.